



A Prática Pedagógica das Professoras da Educação Infantil: Um Estudo de Caso em classes Regulares com Crianças com a Síndrome de Down

Gláucia da Conceição de Almeida¹; Andréa Basílio de Matos Fraga²

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo “Analisar a prática pedagógica utilizada pelas professoras do Colégio X, do bairro do Garcia da cidade de Salvador – Bahia, Brasil que trabalham com crianças com a síndrome de Down e crianças tidas como normais em uma mesma classe”. O Colégio X recebe com frequência e em quantidade elevada crianças com necessidades educacionais especiais, em particular com a síndrome de Down. Esta pesquisadora tem observado que os professores não recebem formação específica para trabalhar com as adversidades em uma mesma sala de aula. Utilizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e indutiva. Do universo a ser pesquisado extraiu-se uma amostra de 19 professoras, que representa 63% do universo. O questionário foi o instrumento utilizado para coleta de dados, composto de 10 perguntas abertas e fechadas. Concluiu-se a pesquisa com as professoras do Colégio X, que a prática pedagógica delas tem sido muito boa, que são pessoas de boa formação acadêmica, com pouco tempo no exercício da docência, pessoas jovens que vivem capacitando-se para um melhor exercício na profissão. Pode-se observar ainda que as crianças que estudam com estas professoras encontram-se num nível de desempenho muito bom, afirmando assim a competência profissional das referidas professoras.

Palavras chave: Prática pedagógica; Formação de Professores; Educação inclusiva.

The Pedagogical Practice of Teachers of Infant Education: A Case Study in Regular Classes with Children with Down's Syndrome

Abstract: The objective of this research was to "analyze" the pedagogical practice used for the teachers of School X, in the Garcia neighborhood of the city of Salvador, Bahia, Brazil, working with children with Down syndrome and children considered normal in the same class. The School X receives often children with special educational needs, especially with Dawn's syndrome. This researcher had observed that the teachers do not receive specific training to work with adversities in the same classroom. Was used to ressearch of qualittitative, descriptive and inductive. From the universe to be researched, a sample of 19 teachers, representing 63% of the universe. The questionnaire was the instrument used for data collect, composed of 10 questions open and closed. A research was concluded with the professors of Scool X, with a little pedagogical practice, young people who live qualifying themselves for a better exercise in the profession. It can also be observed that the children who study with these teachers are in a very good performance level, thus affirming that one of the teachers is professionalized. It can also be observed that the children who study with these teachers are in a very good performance level, thus affirming the professional competence of the said teachers.

Keywords: Pedagogical practice; Teacher training; inclusive education.

¹ Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad Interamericana, Assunção – Paraguai. jucilenelopes@bol.com.br.

² Mestrado em Ciências da Educação pelo Universidad Interamericana, Paraguai. Professora da Escola Pan-Americana da Bahia Brasil.

A inclusão escolar como direito fundamental

Com a leitura do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96 e dos mencionados tratados internacionais percebe-se que é inconfundível que a educação especial inclusiva seja um direito fundamental eficaz.

Assim, não cabe no cenário brasileiro qualquer debate que englobe a limitação ou restrição deste direito, tendo todo e qualquer aluno, com necessidades educacionais especiais ou não, o direito de ser incluído e integrado em todos os níveis de ensino da rede regular, primando por uma educação heterogênea que trabalha com as diferenças e promove o desenvolvimento harmônico e a convivência social pacífica e solidária.

A legislação do nosso país rege a obrigatoriedade da educação básica a todos – inclusive as pessoas com necessidades educacionais especiais – tornando facultativo somente o atendimento educacional especializado, que poderá ser oferecido pela própria rede regular ou por outra instituição.

Destaca-se, que a inclusão escolar das crianças com NEE é primordial para garantir a dignidade dessas pessoas e é imprescindível para solidificação da democracia, pois ao incluí-las na escola, elas se desenvolverão e poderão exercer melhor sua cidadania, pois a educação tem este papel transformador.

O objetivo da educação é um direito social público subjetivo, devendo ser prioridade nas políticas públicas de uma educação para todos, garantindo a formação de um país livre, justo e solidário.

Pautado nestes objetivos, é importante a realização de políticas educacionais voltadas à verdadeira inclusão, ou seja, que garanta o acesso e a permanência a uma educação básica de qualidade a todos, propiciando recursos e meios adequados para trabalhar com suas necessidades através do atendimento educacional especializado e complementar o ensino regular, reprimindo a educação especial exclusiva.

“A educação especial segregada não permite a interação social entre os diferentes, reforça a homogeneidade, rotula os alunos em “normais” e deficientes”, não dando preferência por conteúdos pedagógicos adequados. É importante acreditar que todos têm potencial para aprender, transformar, sonhar e acreditar na mudança de sua realidade e educação.

José Afonso da Silva (2006) fala que *“todo ser humano se reproduz no outro como seu correspondente e reflexo de espiritualidade, razão por que, desconsiderar uma pessoa significa, em última análise, desconsiderar a si próprio”* (SILVA, 2006, p.37).

A inclusão na escola, das pessoas com necessidades educacionais especiais garante, ainda, o tão falado princípio da igualdade, esculpida no *caput* do art. 5º da Constituição Federal de 1988. Não é admissível que em prol de melhor atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais sejam segregados e excluídos da educação formal regular, conforme assevera Souza e Pietro (2002): “Temos direito à igualdade sempre que a diferença nos inferioriza. Temos direito à diferença sempre

que a igualdade nos descaracteriza” (p. 75). Indiscutivelmente, excluir inferioriza e incluir permite a convivência com a diversidade.

Tanto os alunos com NEE, quanto os demais, possuem condições de aprender, crescer e progredir, dentro de suas diferenças, necessidades e interesses. A educação é o ambiente que se apresenta como um processo, e como disse Paulo Freire (2001) “Ninguém nasce feito. Fazem-se aos poucos, na prática social de que tomam parte” (p.40).

Neste contexto de educação inclusiva, comprova-se que a educação tem um papel muito mais importante do que simplesmente transmitir conhecimentos ou a padronizar as pessoas para o mercado, mas tem como base a transformação social e o pleno desenvolvimento de cada um.

O educador Gabriel Chalita (2001) esclarece que,

O pleno desenvolvimento da pessoa humana significa o desenvolvimento em todas as suas dimensões, não apenas no aspecto cognitivo ou da mera instrução, mas do ser humano de forma integral (CHALITA, (2001, p. 107).

Afirmando, ainda, Mantoan (2003) diz que “só se combatem a exclusão escolar na medida em que as escolas se tornarem aptas para incluir, incondicionalmente, todos os seus alunos em um único sistema”. (MANTOAN, 2003, p. 54).

A formação profissional docente para trabalhar com crianças com a síndrome de Down

As crianças com SD necessitam de frequentes estímulos durante toda sua vida escolar. Com isso, torna-se indispensável o papel do professor para o sucesso da educação inclusiva, uma vez que passam a fazer parte do seu dia a dia na escola. Desse modo, a formação desses profissionais é de grande importância, devido ao fato do professor conhecer melhor sobre as singularidades do seu aluno para criar estratégia e metodologias para que o mesmo seja acolhido e incluído nas diferentes propostas realizadas em sala de aula, visando o seu desenvolvimento.

A educação inclusiva envolve um processo de preparação do professor que considera as diferenças e as dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar como fontes de conhecimento sobre como ensinar e como aperfeiçoar as condições de trabalho nas salas de aula (BRASIL, 1995, p.17).

Daí a importância da busca constante por uma formação especializada, visando uma mudança de postura do professor enquanto mediador, de forma a levar o aluno a produzir e construir o conhecimento, ajudando-o a desenvolver-se em todas as áreas.

O professor atuante na perspectiva inclusiva deve estar sempre refletindo a sua prática pedagógica, registrando o que deu ou não certo no dia a dia, visando melhorias, para levar seu aluno a adquirir conhecimento e utilizá-lo em sua vida escolar e na sociedade. Além de ter o cuidado ao planejar a sua aula, levando em consideração a diversidade dos discentes e pensando em diversas maneiras de atingir o grupo em sua totalidade.

E para que de fato isso ocorra, os docentes devem estar dispostos à mudança, buscando formação continuada, revendo conceitos e valores para atuarem como facilitadores do processo.

Assim, sobre a formação, Nóvoa (1995) afirma que:

Deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, para haver pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (NÓVOA, 1995, p.25).

Dessa maneira, entende-se o quanto a formação do professor traz benefícios para ele e para o aluno. Assim sendo, verifica-se que o educador precisa ter um olhar diferenciado para seu aluno, identificando as dificuldades e fraquezas da criança, objetivando estimular, desenvolver e acompanhá-lo nessa fase de escolarização. Percebendo então, suas necessidades para desenvolver um planejamento que contemple a todos de forma efetiva, prazerosa e envolvente.

O importante para o professor é estar em constante reflexão sobre a sua prática, visando a melhoria e do exercício da sua função de educar, beneficiando o aluno na construção de novas aprendizagens.

O professor alfabetizador da criança com a síndrome de Down

A alfabetização é um período importante na etapa de escolarização da criança, pois é o momento em que a leitura e a escrita da grande maioria das crianças é consolidada. Com as crianças com SD, o professor precisa ter um olhar diferenciado, uma vez que seu desenvolvimento não é o mesmo, devido ao atraso característico da síndrome. Assim, é preciso observar os mecanismos que a criança utiliza ou não para aquisição do conhecimento dado. E a partir daí traçar estratégias para que a criança possa se desenvolver e compreenda os conhecimentos, visando seu avanço em todas as áreas do conhecimento. Vale frisar, que as crianças com SD possuem limitações e que o professor deverá conhecê-la para ajudar no desenvolvimento e crescimento dela. Desse modo, é importante colocar que, a criança passa a compreender os mecanismos desenvolvidos por ela para que saiba lidar com as limitações que o defeito muitas vezes a impõe.

Sobre esses mecanismos Vygotski (1997) fala:

Sempre e em todas as circunstâncias o desenvolvimento agravado por um defeito constitui um processo (orgânico e psicológico) de criação e recriação da personalidade da criança, sobre a base da reorganização de todas as funções de adaptação da formação de novos processos sobre-estruturados, substitutivos, niveladores, que são gerados pelo defeito e pela abertura de novos caminhos para o desenvolvimento (VYGOTSKI, 1997, p. 16).

As crianças com essa síndrome elaboram novas funções para se organizarem melhor diante das suas limitações e especificidades, se adaptando e interagindo ao meio no qual elas estão inseridas. O mesmo acontece, por exemplo, com as crianças cegas, que desenvolvem outras habilidades diante da sua limitação, como o tato, responsável pelo ensino da leitura e escrita através do método Braile.

O professor é agente principal no processo de ensino e aprendizagem do aluno, atuando como mediador desse processo, principalmente na etapa da alfabetização. Vale ressaltar que a qualidade dessa mediação dependerá da qualificação e formação que o docente teve ou busca ter, sempre visando uma melhoria da sua prática pedagógica. A atualização docente é algo necessário e de suma importância para o professor em sua carreira de educador, pois a cada dia temos algo novo para aprender e para transformar em nossa prática, devido aos estudos que estão sempre ativos e ligados com as transformações que ocorrem dentro do ambiente escolar e na sociedade como um todo.

A metodologia da pesquisa

A pesquisa de campo será realizada no Colégio X no bairro do Garcia na cidade de Salvador, Bahia, Brasil e tem como sujeitos a serem pesquisados os professores que lecionam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Será utilizado como instrumento de coleta de dados o questionário e a técnica utilizada será a entrevista, constituindo-se assim, material de análise para atender os objetivos propostos nesta pesquisa.

O questionário utilizado será composto de 10 perguntas, abertas e fechadas, para conhecer o que pensam os professores investigados sobre a prática pedagógica que desenvolvem em sala de aula com crianças com Necessidades Educacionais Especiais - síndrome de Down - e crianças tidas como normais. Todas as perguntas serão relacionadas à prática pedagógica dos professores e às dificuldades vivenciadas por eles no cotidiano escolar.

O universo e amostra da pesquisa

Esta investigação se desenvolve no Colégio X, com sede na Avenida Leovigildo Filgueiras, no bairro do Garcia, na cidade de Salvador, Bahia, Brasil. Trata-se de uma escola da rede privada de ensino, confessional de religião católica, e estão a serviço da aprendizagem e da formação cristã e humana dos seus estudantes. Seu corpo de funcionários é composto por 10 professoras regentes da Educação Infantil (Grupo 1 ao Grupo 5) 17 professoras regentes do Ensino Fundamental I (1º ano ao 5º ano), além de outros professores do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, totalizando 104 pessoas.

A pesquisa ocorreu com professoras da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde foi extraída uma amostra, das 27 professoras, foram pesquisados 19 que corresponde a 63% do universo eleito por esta pesquisadora. E 11 das 27 professoras lecionam para alunos com a Síndrome de Down.

Instrumentos de coleta e análise dos dados pesquisados

O instrumento utilizado para obtenção dos elementos de análise foi o questionário, contendo perguntas abertas e fechadas.

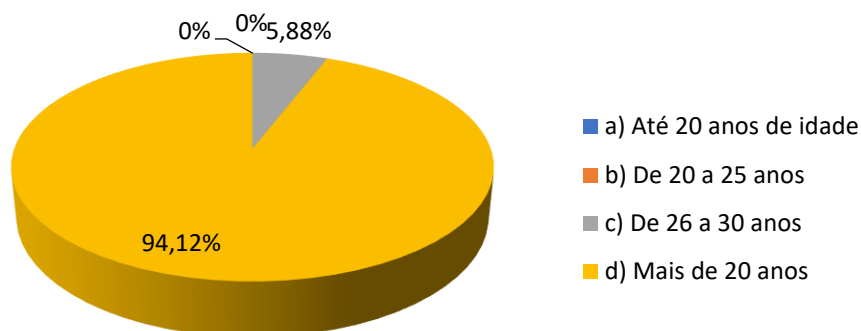
A entrevista semiestruturada para determinados tipos de pesquisas qualitativas na concepção de Trivinos (1987), configura-se como um dos essenciais meios de coleta de dados, porque, simultaneamente valoriza a presença do investigador, oferece todas as probabilidades possíveis para que o entrevistado tenha a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação.

Quanto à análise dos dados obtidos na entrevista, foram todos tabulados e apresentados em gráficos e perguntas e respostas, analisadas à luz das teorias estudadas.

Resultados e discussão

Características dos professores que lecionam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental do Colégio X, do bairro do Garcia da cidade de Salvador – Bahia, Brasil

Gráfico 1. Idade média dos professores que lecionam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental do Colégio X, do bairro do Garcia da cidade de Salvador, Bahia, Brasil, 2018



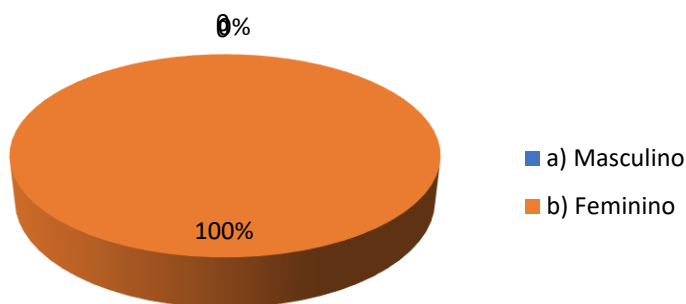
Fonte: pesquisadora

A entrevista aconteceu no Colégio X nos dois primeiros semestres do ano de 2018, com a participação de 19 professores que lecionam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental e que trabalham com crianças com Necessidades Educativas Especiais, particularmente, a Síndrome de Down, e crianças tidas como “normais” em uma mesma sala de aula.

Na entrevista, deu-se início procurando conhecer as características pessoais e profissionais destas professoras, a fim de conhecê-las melhor, para que se possa fazer uma análise mais próxima da realidade. Dos 19 professores entrevistados, 02 possuem idade entre 26 e 30 anos, ou seja, 5,88%, e 17 deles possuem idade acima de 30 anos, o que representa 94,12%.

Este é um resultado considerado bom, são professores com uma idade acima de 30 anos, que se subentende serem pessoas experientes profissionalmente, que já possuem mais tempo no exercício do magistério.

Gráfico 2. Gênero dos professores que lecionam na Educação Infantil e nos anos iniciais do ensino Fundamental do Colégio X, 2018.

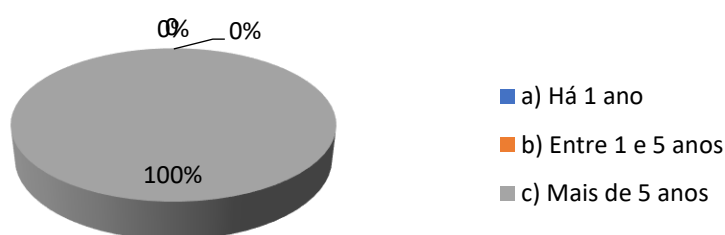


Fonte: pesquisadora

Dando continuidade a entrevista, procurou-se saber o gênero das professoras, não que isso possa ser parâmetro para ser bom ou mau professor, mais para conhecê-los melhor.

O resultado não foi surpresa para esta pesquisadora, pois 100% são do sexo feminino, infelizmente em nosso país ainda existe muito preconceito em relação ao magistério, principalmente se for Educação Infantil ou Ensino Fundamental, pois entendem que esta não é profissão para homens, se ganha pouco e trabalha-se muito, além do que entendem que trabalhar com criança é profissão para mulheres. Ainda mais se tratando de crianças especiais, como é o caso aqui em particular, crianças com a Síndrome de Down.

Gráfico 3. O tempo de trabalho no exercício do magistério que têm as professoras que ensinam na Educação Infantil e nos anos iniciais do ensino Fundamental do Colégio X, do bairro do Garcia da cidade de Salvador, Bahia, 2018.



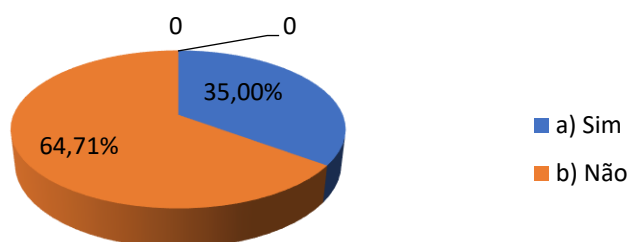
Fonte: pesquisadora

Continuaram-se os questionamentos sobre o tempo das professoras no exercício do magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental em salas de aula heterogêneas, ou seja, com crianças com a Síndrome de Down e crianças tidas como “normais” num mesmo espaço escolar no

Colégio X. E mais uma vez o resultado foi satisfatório, pois 100% das professoras tem mais de 5 anos no exercício do magistério.

Já é tido como bom, pois são pessoas jovens, que saíram da universidade não tem muito tempo, normalmente com este tempo e esta idade procuram sempre participar de formações continuadas, capacitações, além do que tem mais paciência e disposição para lidar com crianças, é o que se espera.

Gráfico 4. Em sua opinião a constante atualização, os cursos de aperfeiçoamento e as pós-graduações, lato e stricto sensu, são necessários a atuação como professor de crianças com a Síndrome de Down e crianças tidas como normais em uma mesma sala de aula?



Fonte: pesquisadora

Seguindo com a entrevista, procurou-se saber da necessidade que tem estas professoras de fazer cursos de aperfeiçoamento, pois trabalham com inclusão de crianças com Síndrome de Down e crianças tidas como “normais” em uma mesma sala de aula. Sabe-se que trabalhar com inclusão não é fácil, e nem a universidade prepara o profissional para essa realidade, tão necessária e urgente em nossa sociedade na atualidade.

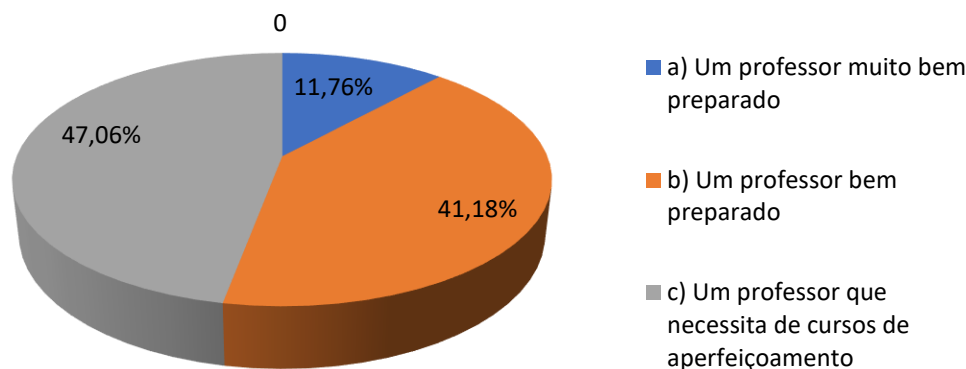
Das 19 professoras entrevistadas, 35,29% delas acreditam que os cursos de aperfeiçoamento e as pós-graduações que já possuem são suficientes para o trabalho com uma sala de aula heterogênea, enquanto 64,71% delas acham que devem ter uma formação mais específica à realidade delas, pois se trata de um trabalho pedagógico e de uma metodologia específica, capaz de apresentar resultados positivos, ou seja, a construção do conhecimento e a aprendizagem destas crianças.

No processo de alfabetização, o professor é sem dúvida o agente principal na mediação entre ensino e aprendizagem. A qualidade da educação depende muito desses professores qualificados, competentes e dedicados. Estes, devem estar sempre em busca de novos conhecimentos, procurando atualizarem-se frente às novas informações e desafios, com o intuito compreender e saber lidar com situações adversas no cotidiano.

A criança com Down promove ao professor desafios diários e constantes, que exigem dele flexibilidade, criatividade, reflexão e criticidade. O docente deve ser flexível com a sua metodologia,

pois a criança embora seja capaz de aprender, precisa de metodologias adaptadas às suas reais necessidades e limitações.

Gráfico 5. Em relação às exigências do professor para trabalhar com crianças tidas como “normais” e crianças com a Síndrome de Down, como você se avalia?



Fonte: Pesquisadora

Analisando as respostas das professoras quando perguntado como elas se vêem em relação às exigências de um profissional para lecionar em salas de aula heterogêneas, crianças com Síndrome de Down e crianças tidas como “normais”, dando-lhes três alternativas, e obtiveram-se os seguintes resultados:

Do total de 19 professoras entrevistadas, 11, 76% disseram ser uma professora muito bem preparada, 41,18% se vêem como uma professora bem preparada e 47,06% disseram que necessitam de cursos de aperfeiçoamento, ou seja, ainda não se acham preparadas para enfrentar esta realidade, que é trabalhar com a inclusão de alunos com Down juntamente com as crianças tidas como “normais” num mesmo ambiente. Elas precisam de formação mais específica, para conhecer a realidade destas crianças e de suas limitações, bem como, de suas necessidades.

No cenário da Educação Especial e Inclusiva, a formação inicial de professores no Brasil, traz em si alguns movimentos e ações de ordem legal que tem em vista qualificar o processo formativo, na tentativa de que esses profissionais obtenham mínimas condições de assumirem salas de aula e conseguirem lidar com as demandas educativas especiais de seus alunos e nesse contexto, também se encontram as crianças com a Síndrome de Down.

O professor que pretende trabalhar com a Educação Especial deve possuir alguns requisitos específicos, como ser graduado em curso que o habilite para a docência - formação inicial - e ter formação específica para a Educação Especial - formação continuada - (BRASIL, 2009). Esse profissional, devidamente habilitado, poderá ainda dar seguimento ao seu processo formativo, estudando

mais e mais para assumir processos ligados à escolarização de educandos com características físicas, intelectuais, sensoriais e comportamentais peculiares.

Dentre as áreas de formação docente continuada para a atuação na Educação Especial está a Síndrome de Down, que se constitui na área de interesse deste estudo. Dessa forma, as ações docentes do professor de Educação Especial, no âmbito de sua formação e sua trajetória profissional, contribuem para o entendimento da relação entre essa formação e a escolarização do aluno especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Percepção dos professores do Colégio X, com relação à prática pedagógica que desenvolve em sala de aula e suas dificuldades segundo suas categorias de análises

Categoria de análise1: As metodologias trabalhadas

Quesito 1. Perguntou-se às professoras da Educação Infantil e do Ensino fundamental I: Que metodologia elas utilizam em sala de aula para atender as adversidades em relação à aprendizagem das crianças. E elas responderam:

1. *Sócio-interacionista (atividades que integram a todos, incluindo e aproveitando as diferenças (P.1);*
2. *Rodinha, explanação de temas a partir de pequenos textos, histórias, músicas que abordem temáticas referentes à inclusão (P.2);*
3. *Trazendo o conceito de metodologia. Estudos dos caminhos para se chegar a um determinado fim consideram os meus caminhos inesgotáveis, servindo a cada prática necessária. (uso da música, leituras, atividades lúdicas) (P.3);*
4. *Sim, faz uso do material adaptado e uma atenção direcionada e mais demorada. Já que eles são mais lentos (P.4);*
5. *Busco mesclar as metodologias, atividades, organização da classe de modo que atinja grande parte dos alunos (P.5);*
6. *Uso de letras móveis. Prancha com nome do aluno e foto, prática da rodinha informativa, contação de histórias, músicas, brincadeiras, etc. (P.6);*
7. *Procuro deixar a criança sempre sentada a meu lado no momento das construções (P.7);*
8. *Jogos lúdicos, alfabetos móveis, caixa sensorial (P.8);*
9. *Sócio-interacionista, acredito na bagagem que a criança trás com ele, onde trabalho o contexto histórico, cultural e social (P.9);*
10. *Materiais concretos, legíveis e que despertem o interesse e concentração da criança (P.10);*
11. *Para uma metodologia mais significativa, precisamos conhecer integralmente cada criança e ajustar as atividades (P.11);*
12. *Dar instruções claras, pouco numerosas, motivar com incentivo, trabalhar a motricidade fina, estímulo da coordenação viso motora (P.12);*
13. *Alguns jogos, imagens e muito diálogo (P.13);*
14. *Atividades em grupos, leituras compartilhadas, apresentações orais, discussões sobre temas diversos, socialização de idéias (P.14);*
15. *Após a etapa da avaliação diagnóstica será definido um plano de trabalho para desenvolver com o educando, considerando as suas necessidades educacionais específicas: material adaptado para atender a aprendizagem de maneira significativa (P.15);*

16. *Desenvolvo um trabalho que tem como foco as possibilidades de aprendizagem de cada aluno, respeitando suas limitações e despertando neles a vontade de aprender (P.16);*
17. *A metodologia depende de cada criança para que sua aprendizagem possa acontecer de maneira mais significativa. Assim percebemos seus avanços e necessidade (P.17);*
18. *Estimulando a criança durante as aulas com o grupo (P.18);*
19. *Utilizo muita ludicidade (contação de histórias, dramatizações, músicas e materiais concretos (ábaco, material dourado, fantoches, etc) (P.19);*

Percebe-se que muitos são os métodos utilizados pelas professoras pesquisadas para atender as crianças com a Síndrome de Down, para fazer com que se interajam e se integrem com as demais crianças na sala de aula, o que não significa que estas professoras não estejam precisando se qualificar, se especializar.

As professoras precisam alinhar a sua metodologia de trabalho à realidade e às limitações das crianças, dentro de uma sala de aula, pois, caso isso não ocorra, não será possível unir num mesmo propósito de atividade crianças especiais juntamente com outras no mesmo universo escolar afim de melhorarem o seu desenvolvimento e desempenho.

Cabe ao professor de educação especial a responsabilidade por orientar os programas de trabalho ou planos de ação e analisar com o grupo ou professor da classe comum a habilidade de o estudante usar seu potencial e identificar os melhores lugares para ensinar habilidades novas dentro de cada contexto de aprendizagem - cada classe, período, atividade extraclasse ou atividade envolvendo a comunidade escolar (MENDES, 2002, p. 80).

Conforme Mendes (2002) existem dois fatores possivelmente “[...] centrais para que haja uma política educacional inclusiva: a organização de serviços e a formação de professores”. A autora comunga com as ideias de Bueno (1999b) no que tange a formação de professores de Educação Especial, que deve ser ampliada, não se restringindo às características e peculiaridades dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, mas indo além, indo à busca do conhecimento e trabalhando com os conjuntos socioculturais dessas crianças, criando estratégias para a inserção social com a participação ativa desses indivíduos.

[...] Faz-se necessário a criação de condições que propiciem aos professores uma habilitação sólida e integral, capaz de trazer mudanças para sua prática pedagógica, para que eles tenham condições próprias de organizar e avaliar sua atuação, e planejar e transformar seu trabalho em função da compreensão da realidade do aluno (VALETT, 1977, p. 28).

Estar preparado para trabalhar com a diversidade que se apresenta no universo escolar é, fundamentalmente, entender que todas as pessoas que nele estão inseridos, sejam elas com ou sem deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação; alunos, professores, gestores: todos compõem a heterogeneidade. Faz-se necessário, portanto, que o docente

compreenda que além dos seus estudos iniciais e formações continuadas, as suas experiências dentro e fora da escola também se articulam para modelar seu perfil docente.

O aluno com SD, mesmo que tenha a capacidade de atingir resultados positivos em seu rendimento escolar, seu aprendizado ocorre de forma mais devagar. Sendo assim, é necessário um estímulo muito maior por parte do professor. Os conteúdos propostos para cada série devem ser enriquecidos com metodologias inovadoras, que estimule o aluno aprender cada vez mais, levando em consideração que geralmente esse aluno possui dificuldades na atenção. As atividades recreativas são metodologias que devem ser muito exploradas pelas professoras, despertando no aluno o estímulo e a motivação. Conforme Valett, (2002) brincadeiras de saltar, correr, pular, entre outras, influenciam na coordenação motora grossa, tornando-a mais forte, ajudando no equilíbrio. Atividades, também, que estimulem o uso das mãos como bolinha de gude, massa de modelar, pintura, entre outras, contribuem para o desenvolvimento da coordenação motora fina. No processo de alfabetização, é primordial que a criança desenvolva a motricidade fina, para facilitar o seu desempenho no momento da escrita.

Categoria de análise 2: As formas de avaliação utilizadas

Quesito 2. Foi feita ainda a seguinte pergunta às professoras da Educação Infantil e do Fundamental I na escola X: Quais os instrumentos avaliativos são utilizados por vocês para verificar o desempenho das crianças? Elas responderam:

1. *Portfólio e ficha avaliativa (P.1);*
2. *Pareceres e relatórios individuais (P.2);*
3. *A coleta de análise de dados obtidos no processo de ensino aprendizagem é feita diretamente por uma especialista em necessidades especiais, a qual acompanha as crianças de um ano para outro e transmite o perfil (P.3);*
4. *A avaliação é processual e através de avaliações, ou seja, teste prova e trabalhos em grupo com o aluno tido como normal (P.4);*
5. *Avaliações (modelo quantitativo) (P.5);*
6. *Ficha avaliativa constando habilidades e competências a serem alcançadas. Parecer individual, relatório individual, registro e filmagem das atividades realizadas (P.6);*
7. *Fichas de nomes, montagem de quebra-cabeça, construção em formas geométricas, materiais feitos com fotografias para melhor reconhecimento de mundo ao meu redor, montagem do corpo humano (P.7);*
8. *Portfólio - classificador onde catalogamos atividades durante o ano, podendo assim proceder ao avanço da criança e uma ficha avaliativa com um relatório (P.8);*
9. *Ficha avaliativa com um parecer em cada bimestre e sociais (P.9);*
10. *Analisar as atividades realizadas anteriormente: filmagens feitas durante a realização das atividades e mudamos ou avançamos nos critérios estabelecidos (P.10);*
11. *As atividades aplicadas diariamente já servem como instrumento de avaliação, pois fazemos sempre as observações pertinentes ao que se refere nos avanços de cada criança (P.11);*
12. *Relatório bimestral. Avaliação é processual (P.12);*
13. *Avaliação por conceito (P.13);*

14. Avaliação escrita, produção de textos e requisito de desempenho (P.14);
15. Relatório de observação e atividades avaliativas adaptadas a adequação curricular (P.15);
16. Fichas avaliativas – atividades avaliativas adaptadas (P.16);
17. Utilizo como instrumento de avaliação a observação constante e registro dos seus avanços (p.17);
18. Anotações diárias do olhar do professor regente e do olhar do profissional que desenvolve as atividades com ele (P.18);
19. Atividades processuais (atividades pontuadas, interdisciplinares, projetos, mostras de artes e seminários) (P.19);

Observou-se nas respostas que as professoras da Educação Infantil disseram que avaliavam os seus alunos através de portfólios, que são atividades realizadas mensalmente, relatórios, registros diários, entre outros. Já as professoras do Ensino Fundamental I, disse que avaliavam suas crianças através de fichas de observação, anotações diárias, avaliação escrita, registro dos avanços, avaliação processual, fichas de nomes, montagem de quebra-cabeça, construção em formas geométricas, materiais feitos com fotografias para melhor reconhecimento do mundo ao seu redor, montagem do corpo humano, etc.

As professoras diversificam seus instrumentos de avaliação, isso é positivo para melhor atender o seu público alvo, já que se trata de uma classe heterogênea, crianças com variadas limitações, e que precisam que os instrumentos utilizados para avaliar seu desempenho atendam suas necessidades e limitações.

Troncoso (1998) afirma que:

Pessoas com SD têm a atenção, percepção e a memória visuais como pontos fortes e que se desenvolvem com um trabalho sistemático e bem estruturado. Porém, se verificam dificuldades importantes na percepção e memória auditivas, que com frequência se agravam por problemas de audição agudos ou crônicos. Por essa razão, a utilização de métodos de aprendizagem que tenham um apoio forte na informação verbal, na audição e interpretação de sons, palavras e frases, não é muito eficaz. (TRONCOSO, 1998, p. 70).

Para essa autora, no processo de alfabetização do aluno com SD, é importante que o aluno comece compreender o valor da escrita. Sendo assim, faz-se necessário o estímulo visual de palavras com significados para ele. Partindo desse pressuposto, deve-se trabalhar com nomes do aluno, dos familiares e dos objetos de seu cotidiano para que gradativamente o ele seja alfabetizado.

Quesito 3. Finalizando as entrevistas, foi perguntado às professoras se eram utilizados instrumentos avaliativos diferenciados para as crianças em decorrência de algumas serem especiais, Síndrome de Down, e as demais tidas como “normais”.

Das professoras entrevistadas 78,95%, ou seja, 15 delas, disseram que **SIM**, utilizam instrumentos avaliativos diferenciados para avaliarem o desempenho das crianças, justificando:

1. Sim. Faz-se necessário, pois as atividades são adequadas, conforme o nível e o desenvolvimento que se encontram, havendo uma necessidade de avaliações voltadas para esses aspectos (P.1);
2. Sim. Ficha avaliativa apenas com parecer semestral e relatório com registro de imagens do desenvolvimento das crianças durante todo o processo de aprendizagem (P.2);
3. Sim. Não justificou (P.3);
4. Sim. Eles estão constantemente em avaliação pedagógica e comportamental com profissionais competentes (P.4);
5. Sim. As avaliações são realizadas através de um relatório que iria avaliar, narrar o desenvolvimento do aluno (P.5);
6. Sim. A ficha avaliativa é adaptada. Apenas realizo a construção de um parecer e relatório semestral (P.6);
7. Sim. Mais ainda sinto a necessidades de se obter mais recursos em especial nas aulas de informática (P.7);
8. Sim. O livro didático é adaptado de acordo com a criança e a ficha avaliativa também, tudo de acordo com a criança (P.8);
9. Sim. Relatório com mais detalhes sobre o desenvolvimento motor e cognitivo da criança (P.9);
10. Sim. Não utilizamos a mesma ficha avaliativa, fazemos um parecer onde contém os avanços e habilidades conquistadas no período avaliado (P.10);
11. Sim. A escola rejeita o individual de cada criança com suas necessidades especiais (P.11);
12. Sim. As avaliações de acordo com os conteúdos da série, porém de forma adaptada para atender as particularidades de cada criança (P.12);
13. Sim. Realizamos adequação curricular, reduzindo conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática e introduzimos recursos para o desenvolvimento de algumas habilidades, além de materiais complementares para estimulação do grafismo (P.13);
14. Sim. As atividades avaliativas e as fichas são adaptadas de acordo com as possibilidades e limitações de cada criança (P.14);
15. Sim. As atividades avaliativas são coloridas, com consignas mais curtas / objetivas, o número de questões objetivas são em maior quantidade (P.15);

Enquanto isso, 21,05%, ou seja, apenas 4 professoras discordaram, dizendo que **NÃO**, que utilizam os mesmos instrumentos avaliativos numa sala de aula heterogênea, com crianças com Down e crianças tidas como normais, e justificaram dizendo:

16. Não. A avaliação feita no 1º ano é processual, com dinâmicas trabalhadas nos projetos e atividades diárias (P.16);
17. Não. E não justificou (P.17);
18. Não. No caso dos primeiros anos não aplicamos instrumentos de avaliação que meça a aprendizagem. A avaliação é processual, mediante a construção dos conhecimentos e acompanhamento do desempenho do aluno acerca das atividades dos projetos didáticos (P.18);
19. Não. A atividade avaliativa para o 1º ano não é um instrumento que deva ser usada por uma criança com síndrome de Down, porém ela participa quando o instrumento de avaliação é trabalhado em grupo (P.19).

Constata-se nas respostas das professoras, que os instrumentos avaliativos utilizados para as crianças com Down são diferentes em sua maioria das utilizadas pelas demais crianças tidas como “normais”, pois ambas possuem suas necessidades e potencialidades distintas, necessitando de instrumentos diferenciados para seu melhor desempenho.

É de extrema relevância o papel do professor para o sucesso da educação inclusiva, pois ele convive com os alunos com a Síndrome de Down na sala de aula. Por isso, a formação desses

profissionais se torna muito importante para a Educação Inclusiva, o professor necessita estar preparado para lidar com as diferenças individuais e criar metodologias diversificadas, garantindo assim o desenvolvimento de seus alunos, visando sempre à inclusão social.

A educação inclusiva envolve um processo de preparação do professor que considera as diferenças e as dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar como fontes de conhecimento sobre como ensinar e como aperfeiçoar as condições de trabalho nas salas de aula (BRASIL, 1995, p.17).

Embora a criança com SD tenha a construção do conhecimento mais lenta, é importante saber que ela tem interesses e manifestações similares aos de qualquer outra criança. Todas elas são diferentes umas das outras e por essa razão todas possuem necessidades específicas, pois possuem estilo e ritmo de aprendizagens diferentes.

Finalmente, entende-se que este profissional que se encontra lecionando numa determinada sala de aula com crianças com realidades distintas, objetiva a inclusão social das com a Síndrome da Down e precisa estar preparado em todos os aspectos, doando-se integralmente para o sucesso destas crianças na vida escolar.

Categoria de análise 3: O desempenho das crianças

Quesito 4. Quando foram perguntadas sobre o processo de aprendizagem (alfabetização) das crianças com a Síndrome de Down, as professoras responderam baseando-se em suas trajetórias profissionais em sala de aula. Transcreve-se e analisa-se a seguir as seguintes respostas:

1. Não respondeu (P.1);
2. Escrita do nome; Reconhecimento das letras do nome; Numerais até 5; Avanços na autonomia e concentração; Internalização da rotina (P.2);
3. Levando em conta que o processo de leitura e escrita não está limitado a interpretar, decodificar símbolos somente, mas de compreender o mundo em que vivemos. Observo resultados grandes, como reconhecer o seu colégio, entender a rotina escolar, resolve conflitos... (P.3);
4. O aluno o qual faço acompanhamento lê, escreve e interpreta o que está lendo e saindo da letra bastão para cursiva (P.4);
5. A criança ainda está no processo inicial de alfabetização, ou seja, reconhece apenas as letras do seu nome. As atividades são adaptadas para as suas necessidades com base na temática dos demais alunos (P.5);
6. Domínio da escrita de algumas letras e primeiro nome com a letra bastão com o apoio do cartão do nome. Associação de algumas letras do seu nome através de fichas do alfabeto móvel adaptada contendo letras bastão (P.6);
7. Com o acompanhamento individual e contínuo a criança com a síndrome vem no seu ritmo avançando na escrita do seu nome e reconhecimento das letras (P.7);
8. O processo de alfabetização de crianças com síndrome de Down é mais lento, devido as suas limitações. Ele deve ocorrer de forma lúdica e diferenciada, usando texturas, formas, desenhos, tablet, entre outros (P.8);

9. Iniciamos apresentando o alfabeto, 1º vogais, 2º consoantes, porém no caso da criança priorizamos a escrita do nome com o auxílio do alfabeto móvel na parede com a foto da criança (P.9);
10. Normalmente compõe seu nome através de letras móveis, realiza associação de letra x gravura, agrupa objetos com a mesma letra inicial, estimulamos a escrita inicialmente com um lápis adaptado (mais grosso) (P.10);
11. Não respondeu (P.11);
12. Aprendizagem e reconhecimento de vogais e consoantes, desenvolvimento da consciência fonológica (P.12);
13. Já vivenciei comum aluno que no processo de aprendizagem conseguiu se alfabetizar no 1º ano. Ele iniciou o ano associando imagens ao nome e finalizou o ano juntando as sílabas (P.13);
14. Desenvolvimento da consciência fonológica, desestabilização das etapas da escrita (P.14);
15. Identifica a maioria das letras do alfabeto, escreve seu nome sem apoio de ficha e grafam algumas letras, completa palavras lacunas e reconhece imagens, organiza os números em sequência de 1 a 10 (P.15);
16. O trabalho com letras móveis foi bastante positivo já que os alunos ainda não dominavam a escrita, assim como atividades que tinham como referência o nome do aluno (P.17);
17. Identificação e reconhecimento de fonemas (letras e sílabas), nome, sistema de numeração até 10. Escrita e formação do nome e sobrenome. Ampliação ao repertório verbal (oralidade) (P.17);
18. A autonomia, fazendo a agenda sozinha. Identifica e reconhece letras e sílabas, sistema de numeração, até 100. A cada dia melhora sua socialização com o grupo (P.18);
19. O aluno de 3º ano fazia apenas a escrita de letra em bastão e adquiriu uma escrita (parcial) cursiva (escrevia o próprio nome da professora e dos pais) (P.19).

Analisando-se as respostas das professoras com relação à aprendizagem das crianças com a Síndrome de Down, percebe-se que elas conseguem aprender juntamente com as demais crianças, só que de forma mais lenta, como coloca a professora de número (8) entrevistada. No entanto, vê-se que conhecem bem as letras, vogais e consoantes, numerais, as letras do seu nome, nome da professora, tem crianças que conseguem até se alfabetizar no 1º ano.

O processo de aprendizagem destas crianças é considerado bom, mas vale ressaltar que elas precisam de um apoio extraclasse regular, ou seja, de um profissional, especialista em sua deficiência, conhecedora de suas limitações, para poder elaborar suas atividades de forma que possam compreender melhor, conseguindo então acompanhar as demais crianças no seu desenvolvimento.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994),

O “princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Quando a Declaração de Salamanca usa o termo “Necessidades Educacionais Especiais”, não está referindo-se somente às crianças especiais, mas a todas aquelas que tenham algum tipo de dificuldade na aprendizagem. Apesar de considerarmos que essas dificuldades possam acontecer com qualquer aluno, a Declaração de Salamanca, refere-se que existirão alunos com Necessidades Educacionais Especiais, ou seja, diz que teremos crianças que não serão iguais às outras (VELTRONE, 2007). O documento diz ainda que existe a obrigação de um suporte a mais para as crianças com NEE.

Chinalia (2006) ressalta que,

[...] a implantação de qualquer proposta inclusiva impõe a necessidade de que essa visão organicista seja superada de forma a combater a ideia de que as condições biológicas apresentadas por determinados sujeitos são definidoras das suas possibilidades de desenvolvimento, o que é constantemente realçado por um sistema de ensino que se pauta pela homogeneidade, servindo como justificativa para a exclusão inerente a essa dinâmica. (CHINALIA, 2006, p. 114)

Com isso, conclui-se que é necessário que as crianças com Necessidades Especiais estejam presentes num mesmo universo escolar das outras crianças tidas como “normais”, para que assim elas possam ampliar os seus conhecimentos e favorecer a sua aprendizagem. Afinal de contas a interação e as trocas entre elas são importantes e necessárias para a humanização de todos.

Conclusões

Esta dissertação aqui apresentada tem como objetivo “Analisar a prática pedagógica utilizada pelas professoras da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I do Colégio X, da cidade de Salvador – Bahia que trabalham com crianças com a Síndrome de Down”. Integrar crianças com Necessidades Educativas Especiais, inclusive com a Síndrome de Down no ensino regular é um avanço para todas as pessoas inseridas no âmbito escolar, pois é uma forma de aprendizagem, uns com os outros e de todos terem a noção que as distinções existem e precisam ser atendidas na escola. Afinal o papel dela é garantir a inclusão e integração destas crianças não só no convívio escolar, mas também, na sociedade a qual faz parte.

Para que haja uma real inclusão e integração dos alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais) e outros, tidos como “normais” em uma mesma classe regular de ensino, é de suma importância a preparação dos professores para entender as diferenças existentes entre eles e que sejam capazes de compreender estas distinções, favorecendo uma educação de qualidade a todos os alunos.

Os docentes que trabalham com estas classes heterogêneas - o que é cada vez mais comum em escolas da rede privada e regular de ensino, especificamente na escola X, tem recebido muitas crianças especiais, inclusive com a Síndrome de Down, que variam de classes de Grupo 2 da Educação Infantil até o terceiro ano do Ensino Médio - precisam estar preparados para enfrentar esta realidade, pois existem as limitações e os professores em suas práticas devem utilizar estratégias em sua sala de aula, que viabilizem o desempenho escolar das crianças, sejam elas com a Síndrome de Down ou não, estratégias essas que poderão ser uma atividade adaptada, um recurso visual, tecnológico ou outro que favoreça a aprendizagem destes alunos.

Todos os professores que trabalham com a Educação Infantil e com os anos iniciais do Ensino Fundamental I ou até mesmo em outros segmentos de uma escola, necessitam do aprimoramento

constante, como formações continuadas ligadas à área de educação, inclusão, alfabetização, contações de histórias, leis que regem a educação no Brasil e outras temáticas que possam ajudar o aluno em sala de aula e fora dele, qualificando-se e dando-lhes um melhor atendimento, para que possam compreender as deficiências de cada criança e podendo ajudá-las na construção do conhecimento e a interagir-se com as demais crianças e adultos no universo escolar e na sociedade como um todo. Confirmando que o papel social da escola, que é fazer com que a inclusão e integração destes alunos ocorram naturalmente, sem preconceitos ou distinções.

Esta pesquisa foi feita com professoras da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental I do Colégio X, da cidade de Salvador, Bahia, localizada no bairro do Garcia, apresenta seus resultados, objetivando analisar a prática pedagógica dos professores.

Os resultados encontrados foram:

Sobre analisar-se as metodologias trabalhadas com crianças com a Síndrome de Down e as tidas como “normais”. Analisam-se as metodologias utilizadas pelas professoras participantes da pesquisa para atender todas as crianças de cada classe, especiais ou não. As docentes citaram as seguintes metodologias:

Esta escola trabalha com uma linha Sócio-interacionista, que há a participação e o fazer das crianças em todas as atividades, rodinha informal para explicação de atividades, projetos, marcação do dia no calendário, músicas, novidades, explanação de temas a partir de pequenos textos referentes à inclusão, leituras, atividades lúdicas, letras móveis, brincadeiras, jogos, caixa sensorial, materiais concretos que despertem o interesse delas como o (ábaco, material dourado, fantoches), trabalho da motricidade fina, imagens, diálogos, atividades em grupos, apresentações orais, socializações de ideias, dramatizações, entre outras. Percebe-se que as professoras adequam a sua metodologia de trabalho a realidade e às limitações das crianças, conseguindo assim melhorar o desempenho delas e fazendo com que interajam com as demais tidas como normais. Todas as crianças participam de todas as atividades, porém algumas delas são adaptadas para as crianças com a Síndrome de Down.

As atividades livres e recreativas são metodologias que devem ser bem exploradas pelas educadoras, pois despertam no aluno motivação. Conforme Valett, (2002) as brincadeiras de saltar, correr, pular, subir, descer, entre outras, influenciam positivamente na coordenação motora ampla, tornando-a mais forte, ajudando no equilíbrio dessas crianças. Atividades, também, que estimulem o uso das mãos, como: bolinha de gude, massa de modelar, pintura, rasgar papel, recortar, entre outras, contribuem para o desenvolvimento da coordenação motora fina. Na alfabetização é necessário que a criança desenvolva a motricidade fina, pois isso facilitará no seu desempenho quanto no momento de utilizar o lápis para escrever.

Sobre conhecer as formas de avaliações utilizadas em salas de aula heterogêneas com crianças com a Síndrome de Down e as tidas como normais. As professoras da Educação Infantil citaram que era

através de ficha avaliativa, relatório com fotos, portfólio, classificador, álbum, entre outros. E as do Ensino Fundamental I, disseram que avaliavam suas crianças através de: avaliação escrita, avaliação processual, fichas de nomes, montagem de quebra-cabeça, construção em formas geométricas, materiais feitos com fotografias para melhor reconhecimento do mundo ao seu redor, montagem do corpo humano, prova escrita, trabalho em grupo, atividades diárias, produção de textos, atividades adaptadas, atividades avaliativas e as fichas são adaptadas de acordo com as possibilidades e limitações de cada criança. As atividades avaliativas são coloridas, com consignas mais curtas / objetivas, o número de questões objetivas são em maior quantidade, as atividades são adequadas, conforme o nível e o desenvolvimento que se encontram, havendo uma necessidade de avaliações voltadas para esses aspectos. As avaliações são de acordo com os conteúdos da série, porém de forma adaptada para atender as particularidades de cada criança.

As professoras diversificam seus instrumentos de avaliação, e isso é muito positivo e importante para a aprendizagem da criança, pois atende melhor as suas respectivas demandas, já que se trata de uma classe heterogênea, crianças com variadas limitações, mesmo as que possuem a mesma síndrome, e que precisam que os instrumentos utilizados para avaliarem seu desempenho atendam suas necessidades e “barreiras” enfrentadas diariamente.

Para Troncoso (1998), no processo de alfabetização do aluno com SD, é primordial que ele comece compreender a importância da escrita. Sendo assim, faz-se necessário o estímulo visual de palavras com significados para o aluno. Partindo desse pressuposto, deve-se trabalhar com nomes do aluno, familiares e objetos significativos e de seu cotidiano para que gradativamente, o mesmo seja alfabetizado.

Sobre conhecer o desempenho das crianças com a Síndrome de Down do Colégio X no entendimento das professoras. Nas respostas dadas pelas elas com relação à aprendizagem das crianças com Down, percebe-se que as mesmas conseguem aprender juntamente com as demais, apenas de forma mais lenta, como coloca a professora de número (8) entrevistada. No entanto, vê-se que algumas delas, conhecem bem as letras (vogais e consoantes); numerais até 10; letras do nome; nome da professora; escrita do nome; autonomia e concentração; internalização da rotina escolar; resolvem conflitos; reconhecem o colégio; lê; escreve e interpreta o que está lendo com ajuda; saindo da letra bastão para a cursiva; domínio da escrita de algumas letras; associação de algumas letras através de fichas do alfabeto móvel; agrupamento de objetos que iniciam com a mesma letra; desenvolvimento da consciência fonológica; junção de sílabas, iniciando o processo de alfabetização no 1º ano do Ensino Fundamental I.

O processo de aprendizagem destas crianças é considerado pelas professoras muito bom, mas vale ressaltar que elas precisam de um apoio extra ensino regular, ou seja, auxílio de uma profissional especialista em Educação Especial, conhecedora de seus déficits, para poderem elaborar suas atividades

de forma que possam compreender melhor, conseguindo então acompanhar as demais crianças no seu desenvolvimento, podendo ser alfabetizada no 1º ano.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), o “princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter”. Portanto, quando a Declaração usa o termo “necessidades educativas especiais” não está referindo-se apenas às crianças especiais, e sim a todas que apresentem algum tipo de defasagem na aprendizagem. Apesar de considerarmos que essas dificuldades possam ocorrer com qualquer um dos alunos, a Declaração de Salamanca, refere-se que existirão alunos com necessidades educacionais especiais, ou seja, teremos crianças que não serão iguais às outras (VELTRONE, 2007). O documento fala ainda da necessidade de um suporte extra para as crianças com NEE.

Com isso, conclui-se que é necessário que estas crianças estejam presentes num mesmo universo escolar das crianças tidas como normais, para que possam desenvolver melhor sua aprendizagem e que a interação é importante e necessária a humanização delas.

Concluiu-se a pesquisa feita com as professoras do Colégio X, que a prática pedagógica delas tem sido boa, que as docentes são pessoas de boa formação acadêmica, com pouco tempo no exercício da docência, pessoas jovens que vivem capacitando-se para um melhor exercício na profissão, o que não significa que não precisem de especializações na área que lecionam, pois trabalhar com crianças com necessidades especiais e suas peculiaridades já é muito complexo, ainda mais quando se trata de crianças, como é o caso das crianças com a Síndrome Down, que demandam muito da atenção individualizada do adulto em sala de aula e fora dele.

Pode-se observar ainda que as crianças com a Síndrome de Down encontram-se num nível de desempenho bom, satisfatório com o que elas podem oferecer, e não somente elas, mas as demais crianças alunas destas professoras. Significa dizer que as metodologias aplicadas por elas estão adequadas às necessidades e limitações delas, seguindo um caminho adequado para a docência e aprendizagem destes alunos.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Rio de Janeiro: Degrau Cultural, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **O Processo de Integração Escolar dos Alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais** no Sistema Educacional Brasileiro. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 04 de 02 de outubro de 2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. 2009.

CHALITA, Gabriel. **Educação: A solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001.

CHINALIA, F. **Relações pedagógicas no contexto inclusivo: um olhar sobre a deficiência mental**. 2006. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais** – NEE In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em qualidade – UNESCO. Salamanca/ Espanha: UNESCO 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/20.12.96. São Paulo: Saraiva 1996.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, Marina Silveira; MARINS, Cristina. Escola Inclusiva. São Carlos: EdUscfcar, 2002.

NÓVOA, Antonio. **Formação de Professores e Profissão Docente**. In: NÓVOA, Antonio (org.) Os Professores e a sua Formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

SILVA, I. C. de A. L. e S. **A construção da noção de cidadania infantil no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Campinas, 2006, 221 f. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

SOUSA, S. Z. L. e PRIETO, R.G. **A educação especial**. In: Oliveira, R.P. e Adrião, T. (Orgs.). Organização do ensino no Brasil. São Paulo: Xamã, 2002. p.123-136.

TRIVIÑOS, A. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRONCOSO, Maria Victoria e Del Cerro, Maria Mercedes. **Síndrome de Down: Leitura e Escrita** - Cantabria, Espanha. Masson S.A. - 1998.

VALETT, Robert E. **Tratamento de distúrbios da aprendizagem**: manual de programas psicoeducacionais. São Paulo. EPU, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977.

VYGOTSKI, Lev Seminóvic. **Obras Escogidas. Fundamentos de Defectología**. Madrid: Visor, 1997.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

ALMEIDA, Gláucia da Conceição de; FRAGA, Andréa Basílio de Matos. A Prática Pedagógica das Professoras da Educação Infantil: Um Estudo de Caso em classes Regulares com Crianças com a Síndrome de Down. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, 2019, vol.13, n.44, p. 635-656. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 30/01/2019; Aceito 14/02/2019.